

O Mundo em Português Nº8

Maio 2000

Derrota Humilhante do Kuomintang

João Soares

O Kuomintang, o partido que dominou a vida política de Taiwan nas últimas décadas, foi humilhantemente derrotado nas presidenciais. Beijing não gostou, mas decidiu esperar para ver. Para já, a hipótese de um ataque armado a Taiwan não parece muito verosímil.

Há cerca de sete meses registou-se em Taiwan um violento tremor de terra, de cujos efeitos devastadores a ilha se encontra já mais ou menos recuperada. Efeitos mais duradouros terá certamente o terramoto político ocorrido na sequência das recentes eleições presidenciais de Março passado. Pela primeira vez nos últimos cinquenta anos da história da China, um candidato da oposição derrotou, em eleições democráticas, livres e sérias, o Partido Nacionalista (Kuomintang), que desde o fim da guerra civil, em 1949, governa a ilha de Taiwan. O Kuomintang foi fundado em 1911 por Sun Yat-sen, o primeiro Presidente da China, que substituiu o decadente império manchu na altura instalado em Pequim.

Nessa altura, a derrota nacionalista — que, segundo a maioria dos analistas, se ficou a dever à generalizada corrupção e incompetência da nomenclatura política e militar que dispunha das rédeas do poder através do Kuomintang, partido único e de cariz antidemocrático — levou a uma fuga em larga escala dos dirigentes políticos, militares e económicos, do continente chinês para Taiwan, onde desenvolveram uma governação ditatorial, assente na ficção de que ali era a sede do único governo legítimo da China, que oportunamente reconquistaria o território continental.

Estes propósitos foram-se diluindo com o tempo, e sobretudo após a admissão da República Popular da China nas Nações Unidas e da histórica viagem de Nixon e Kissinger a Pequim. O governo de Taiwan viu o número de países que o reconheciam a reduzir-se progressivamente e o seu espaço e influência na cena internacional a restringir-se. Até os Estados Unidos passaram a reconhecer a tese de Pequim de que há só uma China com um só governo.

Os dirigentes chineses, desde Mao-Tse-tung aos actuais, nunca aceitaram a existência de um reduto nacionalista em Taiwan, considerando inevitável a sua reintegração a prazo, através da força ou de negociações, na mãe-pátria. Neste contexto, a recuperação da soberania de Hong-Kong e de Macau, pacificamente negociadas pela República Popular da China, serviria como um exemplo a seguir, até porque em relação a estas três regiões viria a aplicar-se, segundo a fórmula de Deng-Xiao-ping, o modelo de "um país dois sistemas", o que garantia durante 50 anos o funcionamento de uma economia capitalista sem restrições e um estatuto social, político e jurídico bem mais liberal do que o existente no resto do território chinês.

A partir da década de setenta, Taiwan, mantendo um regime ditatorial de partido único (o Kuomintang), conheceu um desenvolvimento acelerado, à semelhança de outros países da orla do Pacífico (Singapura, Coreia do Sul, Hong-Kong, etc.), os chamados "Tigres asiáticos", assente em indústrias de tecnologia trabalho-intensiva que permitiram um crescimento económico muito maior do que o de outras partes do globo.

A imobilidade e rigidez política de Taiwan começou paulatinamente a alterar-se quando, em 1989, foi autorizada a formação de partidos legalmente reconhecidos — resultado de uma abertura política que começara em meados da década de oitenta, com Chiang Ching-Kuo, tendo culminado com a eleição por sufrágio directo e universal do presidente em 1996. Entre as novas forças políticas destacou-se imediatamente o Partido Democrático Progressista, liderado pelo vencedor das eleições presidenciais, Chen Shui-hian, advogado de 49 anos, extremamente

popular, e que em 1994 conseguiu conquistar a Câmara de Taipé, capital de Taiwan. Este partido apresentava-se como a formação mais próxima da ideia da eventual independência de Taiwan (possivelmente a concretizar-se após um referendo) — um esquema que, no entanto, o Presidente recém-eleito tem vindo a desmentir.

As eleições presidenciais de Março de 2000 deram 39 por cento dos votos a Chen Shui-hian, 36 por cento a James Soong (um dissidente do Kuomintang, que concorreu como candidato independente e que se propõe criar um novo partido) e somente 23 por cento a Lien Chan (anterior vice-Presidente e candidato dos nacionalistas).

Esta derrota humilhante do Kuomintang acontece numa altura em que este partido, que agora atravessa uma profunda crise e que até há pouco tempo dominava avassaladoramente a cena política de Taiwan, dispõe ainda de um poder considerável, com 116 dos 225 deputados no Parlamento nacional, e importantes ligações a círculos influentes das Forças Armadas e dos grandes grupos económicos.

Mas, paralelamente, foram sendo reveladas e provadas toda uma série de transacções ilícitas e formas de corrupção que contribuíram para o descrédito e impopularidade do Kuomintang. Podemos apontar três razões principais para esta situação:

- 1) Desgaste de cerca de 50 anos de uma governação que até à década de noventa foi exercida ditatorialmente por um partido único, com um comportamento marcado por uma constante corrupção considerada inaceitável pela opinião pública;
- 2) Aparecimento de um concorrente dissidente do Kuomintang, que dispersou a votação por três candidatos, uma condição necessária e suficiente para Chen Shui-hian ter vencido com 39 por cento dos votos;
- 3) A imagem do Presidente eleito, que para além da sua carismática personalidade é identificado como o mais pró-independente dos três candidatos (ainda que essa característica nunca tenha sido abertamente admitida pelo próprio).

Do ponto de vista do Governo da República Popular da China, que pouco antes da eleição presidencial desferiu uma barragem de ameaças especialmente contra Chen-Shui-hian, a vitória deste último representou uma grande desilusão e mesmo uma derrota frustrante. Para Beijing, a perspectiva do adiamento sine die de uma reunificação de Taiwan por uma via negociada, e a eventual necessidade do recurso à força para resolver este problema, são duas hipóteses muito pouco agradáveis. Por enquanto, a hipótese de um ataque armado a Taiwan não parece muito verosímil. Isto explica-se em parte pela relativamente fraca qualidade dos meios aero-navais das Forças Armadas do continente chinês e pela inutilidade dos dois milhões de soldados das forças terrestres para uma operação que impõe a travessia do Estreito de Taiwan e desembarques em larga escala de contingentes anfíbios. Estes que teriam de dispor, necessariamente, de uma cobertura e apoio de meios navais e aéreos de qualidade, que não parecem existir em quantidade suficiente. Um exemplo: contra os numerosos aviões de combate F-16 americanos e Mirage franceses de que Taiwan dispõe, Beijing só pode contar com um número reduzido de aviões Sukhoi que comprou à Rússia.

A maior ameaça para Taiwan poderão ser os mísseis de longo alcance que a China continental está a armazenar e a produzir a um ritmo crescente. Naturalmente que não estão a ser consideradas as armas nucleares (sobretudo os mísseis intercontinentais com ogivas nucleares), cuja utilização parece ser de todo impensável. Neste contexto, a atitude dos Estados Unidos tem sido algo ambígua, nomeadamente quando num passado não muito longínquo se propunha interferir em defesa de Taiwan, com a sua esquadra do Pacífico. Hoje esse apoio parece ser mais político e de dissuasão, através de pressões sobre Beijing para evitar que o Governo central chinês entre numa aventura militar de consequências imprevisíveis em todo o Extremo Oriente.

Efectivamente, apesar da sua retórica verbal violenta no período pré-eleitoral, o Governo de Beijing tem-se mostrado bastante moderado, dando aparentemente a

Chen-Shui-hian o benefício da dúvida. Chen-Shui-hian, que já propôs uma cimeira entre Taiwan e Beijing, aliás recusada pela República Popular da China, limita-se por enquanto a garantir que pretende pôr em prática o seu programa com quatro pontos essenciais:

1. não aceitar nem o princípio da independência nem o modelo de "um país e dois sistemas";
2. dialogar com a República Popular da China em pé de igualdade;
3. desenvolver as relações económicas com o continente;
4. combater a corrupção e promover o afastamento dos partidos políticos da esfera económica.